



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

DECISÃO Nº 110/2014 – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 539/2014.**

**2- Assunto:** Auditoria de Gestão Fiscal.

**3- Objeto:** Informação acerca da situação do Município de Presidente Figueiredo, em relação ao prazo de envio ao GEFIS dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO (1º e 2º bimestres) e a atualização do portal da transparência.

**4- Órgão:** Município de Presidente Figueiredo.

**5- Responsável:** Sr. Nelson da Cruz Cavalcante, Prefeito do Município de Presidente Figueiredo.

**6- Unidade Técnica:** DICREA/CVRF – Informação nº 25/2014 (fls. 31).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 866 2014-MPC-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 32/33).

**8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Auditoria de Gestão Fiscal.

*Multa ao responsável. Prazo para recolhimento. Cópia da decisão à DICAMI.*

**9- DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, no exercício da competência atribuída pelo art. 1º, IV, da Lei 2423/96, c/c os arts. 1º, XII, e 11, III, alínea "c", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante desta Decisão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público Especial, no sentido de:

**9.1- Aplicar ao Sr. Nelson da Cruz Cavalcante**, Prefeito do Município de Presidente Figueiredo, **multa no valor de R\$ 1.096,03** (Mil e noventa e seis reais e três centavos), nos termos dos art. 1º, XXVI e 52 da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, II da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), pela remessa intempestiva dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, referentes ao 1º Bimestre de 2013, previsto no artigo 165, §3º da CF/88.

**9.2- Fixar prazo de 30 dias para recolhimento da multa** aplicada aos cofres da Fazenda Estadual com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, da Lei Orgânica e §4º do art. 174 do Regimento Interno, autorizando desde já inscrição do débito na dívida ativa e instauração de cobrança executiva no caso de não recolhimento, nos termos do art. 173 do RI.

**9.3- Encaminhar** à Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior – DICAMI cópia desta decisão para que proceda a juntada nos autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, exercício de 2013.

ARA/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM-SPEDE



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

DECISÃO Nº 110/2014 – TRIBUNAL PLENO

**10- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 15 de abril de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral